



BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75
Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração do Banco CNH Industrial Capital S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao primeiro semestre de 2019, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

GERENCIAMENTO DE RISCOS - O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem como missão a promoção de financiamentos que fomentem a venda de máquinas, equipamentos, veículos comerciais e geradores produzidos pelas empresas do grupo CNH Industrial e de acordo com suas políticas de crédito.

O Banco CNH Industrial Capital S.A., em atendimento às exigências da Resolução nº 4.557/17 do CMN, e Circular nº 3.678 do Banco Central do Brasil, implementou, após a aprovação pela Board, as políticas institucionais e a estrutura de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital. Detalhes sobre a estrutura do gerenciamento de riscos e de capital, inclusive quanto ao Adicional de Capital Principal (ACP) e Razão de Alavancagem (RA), podem ser consultadas no site: www.cnhindustrialcapital.com

A seguir descrevemos um resumo de cada estrutura de risco:

A) Risco Socioambiental - Atendendo à Resolução nº 4.327/14 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. estabeleceu e o Conselho de Administração aprovou a Política de Responsabilidade Socioambiental contendo as diretrizes que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação da Instituição com suas partes interessadas. A política baseia-se nos princípios de proporcionalidade com a natureza da Instituição, a complexidade das atividades e considera também o grau de exposição ao risco socioambiental de suas atividades e operações. A estrutura de Governança da PRSA é composta pela Diretoria e Conselho de Administração; Comitê de Responsabilidade Socioambiental; Diretor responsável pela PRSA; e área de gestão da PRSA.

B) Risco Operacional - Dentro dos princípios da Resolução nº 4.557/2017 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. tem definida uma política e estrutura de gerenciamento de Riscos Operacionais (RO) aprovada pelo Conselho de Administração. A estrutura de RO prevê a participação de diferentes agentes, os quais possuem funções e responsabilidades dispostas da seguinte forma: a) Comitê de Riscos realizado trimestralmente que aborda as perdas operacionais relevantes. É composto pela Diretoria, pelos responsáveis pela gestão de RO e reportes diretos da presidência. b) Uma área de gestão de RO que se subordina diretamente à diretoria de riscos, ligada à Presidência. A estrutura formalizada na política prevê atendimento aos procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao RO e prevê os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

Atendendo ainda ao Acordo de Basileia II o Banco CNH Industrial Capital S.A. vem gerenciando seus riscos, utilizando a abordagem básica na utilização de alocação de capital.

C) Risco de Mercado - Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. define como risco de mercado com a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações no mercado de posições detidas pelo Banco. A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado envolve um conjunto de práticas e princípios que tem por objetivo identificar, mensurar, acompanhar e controlar as exposições sujeitas às oscilações dos preços de mercado e que, consequentemente, podem originar perdas financeiras.

O atual modelo de negócio do Banco CNH Industrial Capital S.A. não inclui nem prevê o uso de instrumentos / operações financeiras relacionadas a ações / ou mercadorias (commodities). As operações de derivativos contratadas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. visam, exclusivamente, o hedge do desasamento de prazos e indexadores do balanço do Banco, conforme Política definida pela matriz do grupo.

As atribuições básicas na gestão de Risco de Mercado são: a) Monitorar e controlar a exposição a risco de mercado, conforme os limites estabelecidos nas políticas da Instituição; b) Recomendar, quando aplicável, alterações às políticas de gestão de Risco de Mercado; c) Identificar previamente os riscos inerentes a novas atividades e produtos; e d) Realizar simulações de condições extremas de mercado.

D) Risco de Crédito - Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui uma equipe específica para a gestão do Risco de Crédito e tem como missão, identificar, mitigar, controlar, mensurar e estimar as perdas associadas ao risco de crédito, através de um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos e processos vigentes, exigindo disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade

e a independência dos processos. Faz parte do gerenciamento do risco de crédito: a) equipe específica de *Credit Risk Management*; b) políticas de crédito alinhadas com as normas globais do Grupo; c) modelos (*scores*) para concessão e manutenção do crédito; e d) equipe *underwriting* especializada e alçadas diferenciadas para a avaliação de cada proposta.

Para o Banco CNH Industrial Capital S.A. é de suma importância minimizar o risco e, por consequência, manter as perdas de crédito em um nível aceitável. Para tanto, executamos periodicamente desenvolvimentos, processos, análises e controles sobre toda a nossa carteira de crédito, tanto para a carteira ativa quanto para novas concessões. Dessa forma, estamos adequados às exigências dos órgãos reguladores, garantindo assim a aderência às leis e regulamentos vigentes.

E) Risco de Liquidez - Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. mantém uma estrutura de gestão de Risco de Liquidez, bem como níveis adequados e suficientes de liquidez compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a esse risco. Para isso define Risco de Liquidez como:

I - A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Relativamente ao índice de Basileia, as instituições financeiras devem manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300%. Em 30 de junho de 2019, o índice de Basileia do Banco CNH Industrial S.A. era de 15,54%, conforme demonstrativo de resumo de cálculo abaixo:

	Junho de 2019
Patrimônio de referência nível I	1.352.345
Capital principal	1.352.345
Patrimônio líquido	1.355.447
Ajustes prudenciais, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN	80.000
Redução dos ativos diferidos, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN	-
Redução dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN (2)	-
Patrimônio de referência de Nível II	-
Soma dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN (2)	-
Divida subordinada (3)	-
Dedução dos instrumentos de captação, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN (2)	-
Patrimônio de referência (a)	1.352.345
Risco de crédito	7.759.992
Risco de mercado	32.417
Risco operacional	900.876
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b) (4)	8.693.286
Patrimônio de referência exigido (RWA)	8.660.868
- Índice de Basileia	15,61%
- Índice de Basileia Amplio (inclui RBAN)	15,54%

Capital nível I	15,61%
Capital principal	15,61%
Capital nível II	0,00%
RAZÃO DE ALAVANCAGEM (RA)	15,38%
Margem (PR - PRE - RBAN)	659.475
Adicional de Capital Principal Mínimo (CPMínimo)	433.043
Margem para verificação do Adicional de Capital Principal	659.475
Adicional de Conservação de Capital Principal	216.522
Adicional de Contracíclico de Capital Principal	216.522
Adicional de Sistêmico de Capital Principal	-
Margem sobre o Adicional de Capital Principal	226.432
Percentual de Restrição	0,00%
Margem Patrimônio de Referência - Rban	194.014

A) GERENCIAMENTO DE CAPITAL - Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui estrutura para o gerenciamento de capital para: a) monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição; b) avaliar as necessidades de capital considerando riscos inerentes às atividades da Instituição; e c) planejar as metas e a necessidade de capital, conforme objetivos estratégicos da Instituição.

As áreas responsáveis e envolvidas no acompanhamento e monitoramento dos itens inerentes à política e ao processo de Gerenciamento de Capital são: a) Diretoria Financeira: Responsável pelos processos e controles relativos ao gerenciamento de capital; b) FPBA: Responsável pela elaboração de projeções de Resultado e Balanço, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Banco, abrangendo o horizonte mínimo de três anos, bem como sua atualização anual; monitoramento e divulgação de impactos que possam alterar, significativamente, os cenários previamente estabelecidos, levantando possíveis riscos e/ou necessidade de revisão das estratégias contempladas no referido plano; c) Comitê de *Funding*: composto por membros das áreas de Tesouraria e Diretoria Financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. e Fiat Chrysler Finanças, empresa do grupo FCA responsável por acompanhamentos macroeconômicos e de operações financeiras. Este Comitê é responsável também por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, bem como aprovar e promover mudanças na estratégia de *Funding* do Banco.

OUIDORIA - No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco CNH Industrial Capital S.A., atendendo ao disposto na Resolução nº 4.433/15, do CMN, implantou sua Ouvidoria, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO - O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de produtos da CNH Industrial. Dentro desse cenário, 54,93% do total do portfólio corresponde a operações do segmento agrícola, 8,87% ao segmento de construção e 12,48% ao segmento de veículos. O Banco CNH Industrial Capital S.A. também opera com o financiamento de estoque de concessionários, o que corresponde a 23,72% do portfólio. Considerando a característica dos produtos financiados, a utilização de linhas de crédito do BNDES, representa 62,91% do total de financiamentos da carteira.

O resultado do semestre registrou um lucro, após a dedução da provisão para o imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 43.779 milhões por lote de mil ações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise e classificação das operações em níveis de risco, sendo julgada, pela Administração, suficiente para a cobertura de eventuais perdas. Ao final do semestre, o saldo da provisão considerando honras e *off book* era de R\$ 473.473 milhões representando 5,46% do valor da carteira de operações de crédito.

Curitiba, 23 de agosto de 2019. A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

ATIVO	Notas	2019		2018		PASSIVO	Notas	2019		2018	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018		
CIRCULANTE		4.325.779	4.532.643	2.529.521	2.058.302	CIRCULANTE		2.529.521	2.058.302	2.529.521	2.058.302
Disponibilidades	4	52.194	25.066	289.804	238.546	Depósitos	9	289.804	238.546	289.804	238.546
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	242.332	818.670	80.000	-	Depósitos interfinanceiros		80.000	-	80.000	-
Aplicações no mercado aberto		141.904	125.193	209.804	238.546	Depósitos a prazo		209.804	238.546	209.804	238.546
Aplicações em depósitos interfinanceiros		100.428	693.477	628.460	299.679	Recursos de aceites e emissão de títulos	10	628.460	299.679	628.460	299.679
Operações de crédito	6.a	3.782.856	3.281.376	46.558	38.392	Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio		46.558	38.392	46.558	38.392
Setor privado	6.c	3.930.350	3.458.873	552.651	203.604	Obrigação por emissão de letras de crédito imobiliário		552.651	203.604	552.651	203.604
Provisão para perdas em operações de crédito		(147.494)	(177.497)	29.251	57.683	Obrigação por emissão de letras financeiras		29.251	57.683	29.251	57.683
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(236)	(252)	1.469.832	1.403.114	Obrigações por empréstimos e repasses	11	1.469.832	1.403.114	1.469.832	1.403.114
Operações de arrendamento a receber:				1.469.832	1.403.114	Repasses do País - instituições oficiais		1.469.832	1.403.114	1.469.832	1.403.114
Setor privado		4.860	8.907	7.604	2.984	Instrumentos financeiros derivativos	21	7.604	2.984	7.604	2.984
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(4.734)	(8.738)	7.604	2.984	Outras obrigações		7.604	2.984	7.604	2.984
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(362)	(421)	133.821	113.979	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		133.821	113.979	133.821	113.979
Outros créditos		223.070	394.008	497	309	Sociais e estatutárias		497	309	497	309
Créditos por avais e fianças honradas	6.c	587	118	5.988	6.068	Fiscais e previdenciárias		5.988	6.068	5.988	6.068
Diversos	7.a	440.964	400.858	38.771	48.785	Diversas	7.a	38.771	48.785	38.771	48.785
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6.e	(218.481)	(6.968)	88.565	58.817			88.565	58.817	88.565	58.817
Outros valores e bens		25.563	13.775								
Outros valores e bens		27.116	17.690								
Provisão para desvalorizações		(2.987)	(6.411)								
Despesas antecipadas		1.434	2.496								
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		4.524.725	3.696.044	4.796.695	4.604.497	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		4.796.695	4.604.497	4.796.695	4.604.497
Operações de crédito	6.a	4.300.799	3.500.403	358.927	382.264	Depósitos	9	358.927	382.264	358.927	382.264
Setor privado	6.c	4.407.887	3.604.236	358.927	382.264	Depósitos a prazo		358.927	382.264	358.927	382.264
Provisão para perdas em operações de crédito		(107.088)	(103.833)	444.733	545.417	Recursos de aceites e emissão de títulos	10	444.733	545.417	444.733	545.417
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(48)	(220)	82.500	464.960	Obrigações por emissão de letras de créditos imobiliárias		82.500	464.960	82.500	464.960
Operações de arrendamento a receber:				362.233	80.457	Obrigações por emissão de letras financeiras		362.233	80.457	362.233	80.457
Setor privado		861	5.316	3.921.227	3.622.955	Obrigações por empréstimos e repasses	11	3.921.227	3.622.955	3.921.227	3.622.955
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(861)	(5.316)	3.921.227	3.622.955	Repasses do País - instituições oficiais		3.921.227	3.622.955	3.921.227	3.622.955
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(48)	(220)	21.611	1.957	Instrumentos financeiros derivativos	21	21.611	1.957	21.611	1.957
Outros créditos		223.974	195.861	21.611	1.957	Outras obrigações		21.611	1.957	21.611	1.957
Diversos	7.a	223.974	195.863	50.197	51.904	Fiscais e previdenciárias	7.b	50.197	51.904	50.197	51.904
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6.e	-	(2)	6.887	5.260	Diversas	7.a	43.310	46.644	6.887	5.260
PERMANENTE		34.470	40.159	43.310	46.644			43.310	46.644	43.310	46.644
Investimentos		16.964	9.487								
Participações em coligadas e controladas		16.118	8.732								
Outros investimentos		846	1.262								
Provisão para perdas		-	(507)								
Imobilizado de uso		4.658	4.920								
Outras imobilizações de uso		12.783	12.340								
Depreciações acumuladas		(8.125)	(7.420)								
Imobilizado de arrendamento	8.a	9.745	19.726								
Bens arrendados		24.757	37.762								
Superveniência de depreciação		3.216	11.690								
Depreciações acumuladas		(18.390)	(32.671)								
Perdas em arrendamento a amortizar		162	2.945								
Intangível	8.b	3.103	6.026								
Ativos intangíveis		5.339	30.351								
Amortização acumulada		(2.236)	(24.325)								
Total		8.884.974	8.268.846	8.884.974	8.268.846	Total		8.884.974	8.268.846	8.884.974	8.268.846

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Notas	Capital social		Reserva de lucros	Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	Lucros / prejuízos acumulados	Total
		realizado	de capital				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		940.451	113.908	321.036	(1.553)	-	1.373.842
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	159	-	159
Lucro líquido do semestre		-	-	(70.000)	-	104.232	104.232
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	(70.000)
Destinações:							
Reserva legal		-	-	5.212	-	(5.212)	-
Reserva outras		-	-	99.020	-	(99.020)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018		940.451	113.908	355.268	(1.394)	-	1.408.233
Mutações do semestre		-	-	34.232	159	-	34.391
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		940.451	113.908	269.875	(6.006)	-	1.318.228
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos							


BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco") foi constituído em 9 de novembro de 1998 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 4 de janeiro de 1999. As atividades operacionais tiveram início em 5 de abril de 1999. Em 20 de março de 2014, conforme aprovação do BACEN, o Banco teve sua denominação social alterada para Banco CNH Industrial Capital S.A.

O Banco CNH Industrial Capital S.A. está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil, passando a operar no repasse de linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDDES FINAME) a partir de abril de 1999. Atualmente, as operações do Banco são voltadas ao financiamento para a aquisição de produtos da CNH Industrial Brasil Ltda., através das linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDDES FINAME), crédito ao consumidor - CDC, operações de arrendamento mercantil e empréstimo de capital de giro.

O Banco CNH Industrial Capital S.A. passou a financiar as operações da rede de concessionárias e clientes IVECO Latin America Ltda. ("IVECO"), em virtude de uma reorganização mundial das empresas da CNH Industrial, a partir de janeiro de 2014.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN.

A diretoria autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras em 21 de agosto de 2019. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- Pronunciamento conceitual básico (RT) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- CPC 03 - Demonstrações do Fluxo de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- CPC 24 - Contabilização e Divulgação de Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- CPC 33 - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "pro rata" dia.

b) Fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa o Banco utiliza o método indireto segundo qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:

- Das transações que não envolvem caixa;
- De quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e
- De itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento/resgate original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, na data da contratação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado; títulos disponíveis para a venda - avaliados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado.

e) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

- "hedge" de risco de mercado; e
 - "hedge" de fluxo de caixa.
- Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados a valor de mercado, observado o seguinte:
- Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no exercício; e
 - Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.
- Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de swap são avaliados e o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados em receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço.

f) Provisão para perdas em operações de crédito

A provisão para perdas em operações de crédito, avais e fianças e de arrendamento mercantil foi constituída com base na análise individual dos créditos a receber, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo considerada suficiente pela Administração para a cobertura de riscos com eventuais perdas. Adicionalmente, foi observado o conteúdo da Resolução CMN nº 3.749/2009, que estabelece critérios para a classificação de operações de crédito rural, objeto de renegociação.

g) Bens não de uso próprio

Está representado por bens não de uso próprio do Banco, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário.

h) Arrendamento mercantil

As depreciações sobre os bens arrendados são registradas, mensalmente, de forma linear com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, reduzidos em 30%, exceto para os contratos com pessoas físicas, que são depreciados de acordo com os prazos normais e com a legislação fiscal vigente.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "Valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil.

Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apurada entre o valor contábil de arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, às respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superveniência ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são registrados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e registrado pelo custo de aquisição. Está composto por direito de uso de linha de negócios adquiridos junto a terceiros, com amortização linear e de acordo com o prazo previsto em contrato de cinco anos.

j) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substancialmente, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Outros créditos - créditos tributários" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

k) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos "pro rata temporis".

l) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/2009, do CMN que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

m) Provisões para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre). A contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15%. Até 2018 a alíquota para contribuição social era de 20%. O Banco registra imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, os quais serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas, e estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - diversos" e "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" e refletidos no resultado do exercício. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

n) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas. Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

o) Resultado de exercícios futuros

Referem-se às receitas já recebidas e subsídios da montadora que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros, sendo que já devem ser deduzidas dos custos e despesas correspondentes, incorridos ou a incorrer, incluindo rendimentos não restituíveis. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos "pro rata" dia.

p) Lucro líquido por lote de mil ações

O lucro líquido por lote de mil ações foi calculado com base no número de ações em circulação na data-base de 30 de junho de 2019.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Disponibilidades	52.194	25.066
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	242.332	415.444
Total	294.526	440.510

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Título	2019		2018		Total
	Circulante até 3 meses	Não circulante acima de 1 ano	Circulante até 3 meses	Não circulante acima de 1 ano	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	100.428	-	290.251	403.226	693.477
Operações compromissadas	141.904	-	125.193	-	125.193
Total	242.332	-	415.444	403.226	818.670

Em 30 de junho de 2019, o Banco apurou uma receita com aplicações interfinanceiras de liquidez de títulos e valores mobiliários, no montante de R\$ 14.460 (R\$ 20.319 em 2018).

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
a) A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:

	2019	2018
Circulante		
Repasse no país - BNDDES FINAME	1.554.070	1.650.395
Empréstimos e financiamentos	2.376.280	1.808.478
Provisão para perdas em operações de crédito	(147.494)	(177.497)
Subtotal	3.782.856	3.281.376

Realizável a longo prazo

Repasse no país - BNDDES FINAME	3.902.031	3.408.378
Empréstimos e financiamentos	505.856	195.858
Provisão para perdas em operações de crédito	(107.088)	(103.833)
Subtotal	4.300.799	3.500.403
Total	8.083.655	6.781.779

Em 30 de junho de 2019, o Banco apurou receitas com operações de crédito no montante de R\$ 438.060 e receitas com operações de recebíveis com a montadora no montante de R\$ 5.824 (R\$ 399.746 e R\$ 5.957 respectivamente em 2018).

b) A carteira de arrendamento mercantil está composta da seguinte forma:

	2019	2018
Arrendamentos a receber	5.721	14.223
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(5.595)	(14.054)
Bens arrendados (Nota 8.a)	24.757	37.762
Superveniência / insuficiência de depreciação (Nota 8.a)	3.216	11.690
Depreciação acumulada de bens arrendados (Nota 8.a)	(18.390)	(29.909)
Perdas a amortizar de arrendamento (Nota 8.a)	332	2.945
(-) Amortização acumulada em arrendamento (Nota 8.a)	(170)	(2.762)
Credores por antecipação de valores residuais (Nota 7.a)	(4.623)	(7.454)
Total	5.248	12.441

Em 30 de junho de 2019, o Banco apurou receitas com Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 8.533 (R\$ 8.354 em 2018) e despesas com Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 7.739 (R\$ 6.791 em 2018). O Banco registrou provisão para perdas no montante de R\$ 410 (R\$ 641 em 2018).

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	1º semestre de 2019	1º semestre de 2018
1 - RECEITAS	351.582	433.300
Intermediação financeira	461.886	431.760
Prestação de serviços	2.274	1.977
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(120.438)	(10.207)
Outras receitas operacionais	6.565	7.492
Outras receitas não operacionais	1.295	2.278
2 - DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(210.066)	(158.729)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(3.291)	(40.852)
Materiais, energia e outros	(2.050)	(1.773)
Serviços de terceiros	(3.401)	(2.104)
Outras despesas administrativas	(21.316)	(29.362)
Outras despesas operacionais	(4.328)	(6.364)
Outras despesas não operacionais	(196)	(1.249)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2+3)	110.225	233.719
5 - DEPRECAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(987)	(3.266)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4 + 5)	109.238	230.453
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	3.761	3.866
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6 + 7)	112.999	234.319
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	20.719	22.488
Remuneração direta	16.873	18.394
Benefícios	2.419	2.569
F.G.T. S	1.427	1.525
Impostos, taxas e contribuições	48.214	107.259
Federais	47.934	106.756
Estaduais	96	124
Municipais	184	379
Remuneração de capitais de terceiros	287	340
Aluguéis	287	340
Remuneração de capitais próprios	43.779	104.232
Lucros retidos	43.779	104.232
Total	112.999	234.319

c) A composição da carteira de operações de crédito, de arrendamento mercantil, devedores por compra de valores e bens e avais e fianças honrados, por tipo de cliente e atividade econômica é como segue:

	2019	2018
SETOR PRIVADO		
Rural	4.682.497	4.281.459
Indústria	137.238	-
Comércio	1.771.197	1.260.351
Serviços	2.024.046	1.633.438
Pessoa física	59.183	166.639
Total da carteira	8.674.161	7.341.887
CIRCULANTE		
Operações de crédito (6.a)	3.930.350	3.458.873
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	4.458	7.791
Devedores por compra de valores e bens (7.a)	330.084	265.902
Créditos por avais e fianças honrados	587	118
Subtotal	4.265.479	3.732.684
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Operações de crédito (6.a)	4.407.887	3.604.236
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	790	4.650
Devedores por compra de valores e bens (7.a)	5	317
Subtotal	4.408.682	3.609.203
Total da carteira	8.674.161	7.341.887

d) Apresentação da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, devedores por compra de outros valores e bens e avais e fianças honrados, de acordo com os níveis de risco

Nível de risco	2019				2018			
	Em curso normal	Vencidos	Total	Total	Total	Total		
AA	1.116.218	-	1.116.218	-	905.930	-		
A	2.945.738	14.729	2.960.467	2.945.738	14.729	2.306.769		
B	2.046.888	20.469	2.067.357	2.119.185	21.192	1.990.407		
C	1.215.384	36.461	1.251.845	1.403.378	42.101	1.152.105		
D	571.141	57.114	628.255	9.055	661.690	66.169		
E	89.415	26.825	116.240	6.580	111.349	33.405		
F	2.378	1.189	3.567	7.476	17.331	8.665		
G	13.618	9.532	23.150	18.535	40.096	29.370		
H	5.323	253.822	259.145	259.145	259.145	94.886		
Total	8.006.103	171.642	8.177.745	301.831	8.674.130	473.473		

A tabela abaixo contempla as provisões de garantias prestadas registradas em conta de compensação "Garantias prestadas - em curso normal", cuja provisão para perdas está registrada no passivo na rubrica de "Outras obrigações", como segue:

Nível de risco	Garantias prestadas - em curso normal - Fname BNDDES			
	2019		2018	
	Operações	Provisões	Operações	Provisões
AA	-	-	192	-
A	-	-	552	3
B	-	-	380	4
C	-	-	312	9
D	-	-	277	28
E	-	-	30	9



BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

f) Movimentação da provisão para perdas com crédito

A movimentação da provisão para perdas com créditos, a qual inclui, além das operações de crédito, as operações de arrendamento mercantil, é como segue:

	1º semestre de 2019		1º semestre de 2018	
	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas
Saldo no início do período.....	134	411.226	908	332.593
Complemento reversão da provisão para perdas com créditos.....	(134)	120.572	(217)	10.424
Parcela utilizada (compensação como prejuízo).....	-	(58.325)	-	(54.076)
Saldo final	-	473.473	691	288.941

Os créditos recuperados no semestre somaram R\$ 21.717 (R\$ 37.601 em 2018) e os créditos renegociados somaram R\$ 11.176 (R\$ 9.964 em 2018).

7. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Diversos

	2019	2018
Outros créditos - circulante		
Títulos e créditos a receber (c).....	330.084	265.902
Créditos tributários (Nota 13.c).....	51.882	88.823
Valores a receber de sociedades ligadas (a) (Nota 18).....	7.983	22.101
Imposto a compensar.....	36.268	15.022
Outros.....	14.747	9.010
Total	440.964	400.858
Outros créditos - longo prazo		
Créditos tributários (Nota 13.c).....	215.761	188.373
Devedores de depósito em garantia.....	7.144	7.173
Títulos e créditos a receber.....	6	317
Outros.....	1.063	-
Total	223.974	195.863
Outras obrigações - circulante		
Credores por antecipação de valor residual em garantia.....	3.927	4.668
Parcelas recebidas e não baixadas (b).....	71.169	30.316
Valores a pagar - convênios (Nota 6.f).....	-	691
Provisão para pagamentos a efetuar.....	2.909	11.158
Despesas de pessoal.....	7.291	6.647
Outras despesas administrativas.....	3.269	5.337
Total	88.565	58.817
Outras obrigações - longo prazo		
Valores a pagar - sociedades ligadas.....	1.608	691
Provisão para passivos trabalhistas (Nota 20).....	9.454	11.544
Provisão para passivos civis (Nota 20).....	9.200	7.981
Provisão para passivos fiscais (Nota 20).....	22.352	23.642
Credores por antecipação de valor residual de garantia.....	696	2.786
Total	43.310	46.644

b) Fiscais e previdenciárias

	2019	2018
Fiscais e previdenciárias - circulante		
Impostos e contribuições a recolher.....	38.771	48.785
Total	38.771	48.785
Fiscais e previdenciárias - longo prazo		
Provisão para impostos diferidos (Nota 13.b).....	6.887	5.260
Total	6.887	5.260

(a) Referente à compra pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. de créditos de titularidade de empresas não financeiras do Grupo CNH Industrial, sem coobrigação do cedente.

(b) O Banco recebeu dos clientes parcelas de pagamento de operações de crédito que foram identificadas e não baixadas, contabilmente, até o encerramento do balanço em 30 de junho de 2019. Tais parcelas são baixadas no mês subsequente em até cinco dias úteis.

(c) Em janeiro de 2018, houve a reclassificação entre contas COSIF, o registro das operações de crédito - recebíveis adquiridos da Fábrica, conforme Carta-Circular nº 3.769, de 20 de junho.

8. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

	2019	2018
Veículos e afins (Nota 6.b).....	24.757	37.762
Superveniência de depreciação (Nota 6.b).....	10.217	11.690
Insuficiência de depreciação (Nota 6.b).....	(7.001)	-
Depreciação acumulada (Nota 6.b).....	(18.390)	(29.909)
Perdas em arrendamento a amortizar.....	332	2.945
Amortização acumulada do diferido.....	(170)	(2.762)
Total	9.745	19.726

Movimentação da superveniência de depreciação

	2019	2018
Saldo inicial.....	9.413	10.687
Superveniência de depreciação do período.....	1.077	1.189
Prejuízo do período.....	(273)	(186)
Saldo final.....	10.217	11.690

No período findo em 30 de junho de 2019, foram registrados R\$ 1.077 de superveniência de depreciação (R\$ 1.189 de superveniência de depreciação em 2018) em contrapartida de receitas de operação de arrendamento mercantil. O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

b) Intangível

	2019	2018
Intangível.....	5.339	30.351
(-) Amortização acumulada de ativos intangíveis.....	(2.236)	(24.325)
Total	3.103	6.026

Movimentação do intangível

	2019	2018
Saldo inicial.....	5.185	29.289
Adição / (Baixa) do período.....	154	1.062
Saldo final.....	5.339	30.351

Movimentação da amortização

	2019	2018
Saldo inicial.....	(1.841)	(21.556)
Amortização do período.....	(395)	(2.769)
Saldo final.....	(2.236)	(24.325)

Em 30 de dezembro de 2013, foi firmado entre o Banco Fidis S.A. e o Banco CNH Industrial Capital S.A. com anuência da Iveco Latin America Ltda., Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações, o qual transfere o direito de uso de linha de negócios pelo Fidis ao Banco CNH Industrial Capital S.A., para prestação de serviços financeiros aos Clientes Finais, Concessionários e à Iveco. O valor da operação está sendo amortizado em cinco anos com o prazo contratual correspondendo à taxa de 20% ao ano.

9. DEPÓSITOS

Título	2019					Total	2018
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos		
CDI*	80.000	-	-	-	-	80.000	-
CDB*	30.394	179.410	65.395	293.532	-	568.731	620.810
Total	110.394	179.410	65.395	293.532	-	648.731	620.810

(*) A taxa média verificada para as operações de depósitos a prazo no semestre foi de 99,13% do CDI (98,54% em 2018).

(*) Em 30 de junho de 2019, o Banco apurou uma despesa com captação no mercado no montante de R\$ 52.971 (R\$ 35.773 em 2018).

10. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS, LETRAS IMOBILIÁRIAS E HIPOTECÁRIAS, DEBÊNTURES E SIMILARES

Título	2019			2018		
	Circulante	Exigível a longo prazo	Total	Circulante	Exigível a longo prazo	Total
LCA.....	46.558	-	46.558	38.391	-	38.391
LF.....	29.251	362.233	391.484	138.140	-	138.140
LCI.....	552.651	82.500	635.151	668.565	-	668.565
Total	628.460	444.733	1.073.193	845.096	-	845.096

A taxa média verificada para as operações de letras financeiras, letras de créditos imobiliários e do agronegócio no ano foi de 98,89% do CDI (97,98% em 2018).

11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Em 30 de junho de 2019, o saldo de R\$ 1.469.832 e R\$ 3.921.227 no circulante e não circulante, respectivamente, (R\$ 1.403.114 e R\$ 3.622.955 em 2018) referem-se a repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (modalidade BNDES FINAME), com vencimentos até 2027 e com encargos à taxa prefixada entre 1,5% e 11,00% ao ano ou pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e Taxa de Longo Prazo (TLP), acrescida de juros entre 1,0% e 3,0% ao ano.

Em 30 de junho de 2019, o Banco apurou uma despesa com empréstimo e repasse no montante de R\$ 149.356 (R\$ 116.165 em 2018).

12. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Representados por R\$ 203.311 em 30 de junho de 2019 (R\$ 197.814 em 2018), referem-se às receitas de juros recebidas antecipadamente, oriundas substancialmente da parte relacionada à CNH Industrial Capital S.A. e sua rede de concessionárias, as quais são registradas como resultados de exercícios futuros e apropriadas para o resultado, conforme os prazos dos correspondentes contratos de operação de crédito.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do resultado de IRPJ e CSLL

	1º semestre 2019	1º semestre 2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações.....	76.434	191.623
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas nominais de 25% e 15%, respectivamente.....	(30.574)	(86.231)
Efeito das exclusões (adições) permanentes / temporárias:	(2.081)	(1.160)
Efeito de outra adição / exclusão do semestre.....	946	1.325
Destinação para incentivos fiscais.....	100	-
Variação do diferido.....	(3.127)	(2.547)
Ajustes de anos anteriores.....	-	62
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(32.655)	(87.391)

b) Composição dos créditos tributários de IRPJ e CSLL diferidos

Descrição	2019	2018
Provisão para perdas com créditos (a).....	239.412	196.136
Provisão para perdas com Cédula de Crédito Rural (CCR).....	942	1.060
Provisão para contingências.....	3.782	5.296
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	1.195	2.885
COFINS Lei nº 9.718.....	8.231	82.961
Outros.....	14.081	(11.142)
Total do crédito tributário	267.643	277.196
Imposto de renda diferido passivo sobre superveniência de depreciação.....	(6.887)	(5.260)
Subtotal	(6.887)	(5.260)
Créditos tributários - líquidos	260.756	271.936

(a) O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre a provisão para créditos e liquidação duvidosa sobre os contratos de operações de crédito e de arrendamento financeiro é composto, basicamente, por parte da provisão existente de R\$ 189.389 acrescida dos créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430/96 de R\$ 50.023.

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações e o atual cenário econômico, a Administração considera que os créditos tributários registrados em 30 de junho de 2019, atendem aos requerimentos dados pela Resolução nº 3.059/02 e Resolução nº 3.355/06 do CMN (Conselho Monetário Nacional) e serão realizados nos seguintes prazos:

Ano	2019	2018
2018.....	-	36.293
2019.....	25.941	105.060
2020.....	51.883	38.814
2021.....	60.114	38.814
2022.....	51.882	38.813
2023.....	51.882	19.402
2024.....	25.941	-
Total	267.643	277.196

O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários, é de R\$ 223.332 (R\$ 238.450 em 2018).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 940.451.054 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 934.136.865 ações pertencentes à CNH Industrial N.V. com sede na Holanda, e 6.314.189 ações da CNH Industrial Latin America Ltda. A distribuição de dividendos está sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

b) Reserva de capital

A reserva de capital é decorrente, substancialmente, de ação na subscrição de ações, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital social.

c) Reserva de lucros

A reserva de lucros refere-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal, permanecendo nesta condição até que o Conselho de Administração delibere por sua destinação definitiva, em conformidade com as disposições estatutárias. Em 30 de junho de 2019, foi constituída reserva de lucros no montante de R\$ 43.779 com utilização do lucro líquido do semestre. Ademais, houve constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro, no montante de R\$ 2.189 (R\$ 5.212 em 2018).

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Para a remuneração do capital aos seus acionistas, o Banco adota como prática distribuir dividendos ou pagar juros sobre capital próprio condizente com o resultado apurado no exercício.

Em 18 de maio de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o pagamento aos acionistas de dividendos no montante bruto de R\$ 70.000 e em 21 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 55.000, oriundos de Lucros registrado na rubrica "reservas especiais de lucros".

Em 27 de setembro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$ 66.544 (R\$ 56.562 líquido do imposto de renda na fonte) e em 21 de dezembro de 2018, o montante bruto de R\$ 22.780 (R\$ 19.363 líquido do imposto de renda na fonte).

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	1º semestre 2019	1º semestre 2018
Despesas de serviços técnicos especializados (a).....	(9.256)	(8.665)
Despesas de serviços de terceiros (b).....	(2.907)	(4.373)
Despesas de processamento de dados.....	(1.841)	(1.686)
Despesas de emolumentos judiciais e cartoriais.....	(2.377)	(2.837)
Despesas de viagens e transportes.....	(981)	(1.282)
Despesas de promoções e publicidade (c).....	(1.739)	(8.353)
Despesa de serviço do sistema financeiro.....	(3.264)	(2.225)
Despesas de amortização e depreciação.....	(987)	(3.266)
Despesas de comunicações.....	(110)	(107)
Despesas de manutenção e conservação de bens.....	(2.032)	(1.758)
Outras despesas administrativas.....	(2.547)	(2.293)
Total	(28.041)	(36.845)

(a) Referem-se substancialmente a serviços de assessores jurídicos, no montante de R\$ 6.930 (R\$ 6.571 em 2018) e serviços de análise de crédito R\$ 1.452 (R\$ 1.527 em 2018).

(b) Referem-se substancialmente a serviços de cobrança, no montante de R\$ 712 (R\$ 2.309 em 2018) e serviços de remarketing R\$ 1.453 (R\$ 1.487 em 2018) e outros prestadores de serviços.

(c) Referem-se substancialmente a serviços de promoções e relações públicas, no montante de R\$ 1.427 (R\$ 8.087 em 2018) e outros prestadores de serviços.

16. Outras receitas operacionais

	1º semestre 2019	1º semestre 2018
Outras rendas operacionais.....	4.138	5.109
Recuperação de encargos e despesas.....	2.427	2.383
Total	6.565	7.492

17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	1º semestre 2019	1º semestre 2018
Despesas de fianças bancárias (a).....	(298)	(813)
Despesas com provisão para contingências (b).....	(2.354)	(4.290)
Despesas descontos concedidos em renegociações.....	-	(1)
Despesas de vistorias de bens financiados.....	(249)	(578)
Despesas de comissões.....	-	(67)
Outras despesas operacionais.....	(1.427)	(615)
Total	(4.328)	(6.364)

(a) O valor refere-se a despesas com fiança bancária garantidora das operações com o BNDES.

(b) O valor refere-se a despesas com provisões para contingências civis e trabalhistas.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

	1º semestre 2019		1º semestre 2018	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Depósitos (CDB e LCA)				
Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda.	(111.543)	(4.495)	(9.095)	(737)
CNH Latin America Ltda.	(95.283)	(3.983)	(27)	-
Iveco Latin America Ltda.	-	-	-	(43)
CNH Industrial Capital Corretora de Seguros Ltda.	(16.252)	(496)	(8.589)	-
Demais empresas.....	(8)	-	(14)	-
CNH Industrial NV.....	-	-	-	(691)
Serviços prestados				



BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os principais riscos relacionados aos negócios são risco de crédito, de mercado, de liquidez e risco operacional, abaixo definidos:

- (a) Risco de crédito: possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.
- (b) Risco de mercado: relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do país, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados.
- (c) Risco de liquidez: relacionado ao descaimento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira do Banco, em obter recursos para honrar seus compromissos.
- Visando à eliminação de parte do risco de oscilações de taxas de juros ocasionadas, em virtude de um cenário macroeconômico instável, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de captação pós-fixadas e operando com aplicações (operações de crédito) com taxas prefixadas, o Banco realizou operações de swaps que permitem o controle e/ou manutenção dos spreads esperados nas referidas operações.
- Os contratos de swaps, firmados com outras instituições financeiras, estão registrados na B3 S.A.

a) Instrumentos financeiros derivativos (swap)

	2019			
	Valor referencial (contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Contratos de swaps				
Ativos DI x Passivos Pré (*)	554.000	(8.272)	(29.215)	(20.943)
Total	554.000	(8.272)	(29.215)	(20.943)

	2018			
	Valor referencial (contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Contratos de swaps				
Ativos DI x Passivos Pré (*)	330.759	(2.406)	(4.941)	(2.535)
Total	330.759	(2.406)	(4.941)	(2.535)

(*) Instrumento financeiro classificado como hedge de fluxo de caixa, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no patrimônio líquido.

O valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registrados na conta da "Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos" no patrimônio líquido, bem como o reflexo financeiro das principais transações e compromissos futuros objeto de hedge possuem as seguintes faixas de vencimento:

	Até 1 ano	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 anos	Total
Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros:				
30/06/2019	(7.604)	(20.059)	(1.552)	(29.215)
30/06/2018	(690)	(1.845)	-	(2.535)

O Banco tem como política a utilização de instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, com o intuito de hedge.

O Banco, seguindo as práticas de mercado, capta recursos a taxas pré e pós-fixadas e as aplica, em parte, a taxas pré-fixadas. Com o objetivo de mitigar as variações nos fluxos de caixa futuro associados ao passivo pós-fixado devido às mudanças nas taxas de juros, o Banco contratou operações de "swap" de taxas de juros em que é pago o valor nominal corrigido por uma taxa de juros fixa e recebe o valor nominal corrigido por uma taxa de juros variável mitigando, assim, risco de taxa de juros do item objeto de hedge.

Dessa forma, os instrumentos financeiros derivativos relativos às operações de "swap" visam realizar o "matching" da carteira, imunizando o caixa e o resultado econômico contra variações inesperadas no custo das operações pós-fixadas. A efetividade do item objeto de hedge em relação ao instrumento financeiro derivativo é testada prospectivamente e respectivamente, sendo que a parcela não efetiva, quando aplicável é apropriada diretamente ao resultado. Os controles de risco e exposição utilizam como instrumento a análise de "duration gaps" e "interest rate" e o VAR ("value at risk"). Quando o gap ultrapassa os limites definidos na Política de Gestão de Risco de Taxas de Juros adotada pelas empresas do Grupo CNH Industrial, novas operações de derivativos são contratadas e/ou revertidas. O acompanhamento sobre os indexadores e seus volumes é realizado diariamente, visando enquadramento na política de risco de mercado adotada pelo Banco.

Os instrumentos financeiros derivativos são marcados a mercado diariamente e por ocasião do fechamento dos balancetes mensais, sempre com observância à sua efetividade. O ajuste do valor justo destes instrumentos é registrado contra o patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, em razão de sua classificação como hedge de fluxo de caixa.

b) Movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários

A seguir são apresentadas as movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários constituídos no patrimônio líquido:

	2019	2018
Saldo da reserva do valor justo no final do semestre	(20.943)	(2.535)
Efeitos de imposto de renda e contribuição social	8.377	1.141
Ajuste de avaliação patrimonial	(12.566)	(1.394)

As perdas lançadas no resultado decorrem da liquidação das operações de instrumentos financeiros, e não pela ausência de efetividade do instrumento de hedge no intervalo estabelecido na política de proteção do Banco.

Resumo das operações de swap em aberto na data de 30 de junho de 2019

Descrição	Valor referencial	Valor justo
Posição ativa - hedge de fluxo de caixa		
Taxa 100,00% CDI	554.000	573.720
Total	554.000	573.720
Posição passiva - hedge de fluxo de caixa		
Taxa pré	554.000	602.935
Total	554.000	602.935
Diferencial - hedge de fluxo de caixa		29.215
Valor de mercado		29.215

c) Instrumentos e objetos de hedge

Especificação	30/06/2019				Valor de mercado
	Valor da curva	Ativo	Passivo	Ativo	
Instrumento de hedge					
Swap - DI-PRE	573.721	581.993	573.721	602.936	(29.215)
Item objeto de hedge					
CDB / LCI	576.590			576.590	

Especificação	30/06/2018				Ajuste ao valor de mercado
	Valor da curva	Ativo	Passivo	Ativo	
Instrumento de hedge					
Swap - DI-PRE	344.709	347.116	344.717	349.658	(4.941)
Item objeto de hedge					
CDB / LCI	355.762			355.762	

O teste de efetividade do item objeto de hedge em relação ao instrumento financeiro derivativo mostrou-se efetivo.

22. LIMITES OPERACIONAIS

OCMN (Conselho Monetário Nacional), através da Resolução nº 4.193/13, instituiu a forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com efeito, a partir de 1º de julho de 2008. O índice de Basileia para 30 de junho de 2019 é 15,54% (17,97% em 2018).

DIRETORIA

HEBERSON GOES
Presidente

FABIOLA TEMPONI E GÓES
Diretora

JOCELI LUCAS
Diretor

JUCIVALDO FEITOSA
Diretor

MARCIO CONTRERAS
Diretor

REGIANNE VASSAO
Diretora

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ODDNE INCISA
Presidente

VILMAR FISTAROL
Conselheiro

ELIAS MENDES
Conselheiro

HEBERSON GOES
Conselheiro

BIANCA BELOTTI
Conselheira

COMITÊ DE AUDITORIA

HEBERSON GOES
Presidente

JUCIVALDO FEITOSA
Membro

CHEFE DE CONTABILIDADE

ANDERSON LODOVICO
CRC PR 045.454/0-6 - CPF 004.082.939-18

CONTADORA

CRISTINA SCATOLIN QUIRINO
CRC PR 055.349/0-4 - CPF 006.780.869-74

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco CNH Industrial Capital S.A., composto pelos membros nomeados pelo Conselho de Administração, é o órgão estatutário responsável por (i) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas das principais áreas do Banco, da auditoria interna e auditoria independente. Desde março/2018, em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, com a Instituição do Comitê de Riscos, este passou a avaliar e supervisionar a aderência às políticas e estratégias de gestão de riscos, assim como propor alterações quando necessárias.

A área contábil do Banco CNH Industrial é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a guardadora de sua qualidade.

A auditoria interna é responsável por identificar e avaliar os principais riscos a que está exposto o Banco CNH Industrial Capital S.A. em suas operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos. É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações auditadas.

A área de Controles Internos atua visando garantir o adequado ambiente de Controles Internos na organização e as de Compliance e BNDES e Produtos acompanham a publicação de normas para avaliar possíveis desdobramentos para a Instituição.

A Ouvidoria atua de forma a assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e como canal de comunicação entre a Instituição e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

A Ernst & Young Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A., e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Principais Atividades

Neste semestre foram realizadas reuniões obedecendo a um cronograma previamente estabelecido com a participação de representantes das áreas financeira / contábil, controles internos e compliance, auditorias interna e independentes. Os assuntos tratados nas reuniões foram registrados em atas, e fazem parte deste relatório em sua versão completa.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados aos sistemas de controles internos, aspectos contábeis, provisões, contingências, além de recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendamos aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes de auditorias interna e independente, oportunidades em que verificou o cumprimento dos seus planejamentos, conheceu o resultado dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

O Comitê de Auditoria revisou os Relatórios da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e discutiu com a Auditoria Independente os resultados de seus trabalhos.

Conclusão

Assim, com base nas informações recebidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu: Os sistemas de controles internos são adequados ao porte e à complexidade dos negócios do Banco CNH Industrial Capital S.A. e objeto de permanente atenção por parte da Administração; A Auditoria Interna é efetiva, independente e responde adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria; A Auditoria Independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência; As demonstrações contábeis de 30/06/2019 do Banco CNH Industrial Capital S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data. Por estas razões o comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras.

Curitiba, 21 de agosto de 2019.
Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do Banco CNH Industrial Capital S.A. - Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado - A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaborada sob responsabilidade da Administração do Banco, apresentada pelo Banco de forma voluntária e suplementar às demonstrações financeiras, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa - Conforme divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em 30 de junho de 2019 o saldo bruto de operações de crédito era de R\$ 8.674.130 mil, para o qual foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 473.473 mil. Durante o ano de 2019, o Banco registrou despesas com créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 120.438 mil. Consideramos esse um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento significativo aplicado pela Administração em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico, conforme determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto - Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 90 dias; entre outros. Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que substantia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa, de que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação - As operações do Banco dependem do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um componente relevante no nosso escopo e, consequentemente, entendemos ser um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia. Como nossa auditoria conduziu o assunto - No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia da informação para nos auxiliar na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também, realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações. Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de agosto de 2019.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/0-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/0-6